

news 168

Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2022/A,

a aquisição de sistemas fotovoltaicos, designado Solenerge.

de 25 de maio, que estabelece o sistema de incentivos financeiros para

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2025.

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro,

Estabelece o regime de aplicação dos apoios a conceder ao abrigo dos artigos 73.º e 74.º do Regulamento (UE) 2021/2015, do Parlamento

«Desenvolvimento do Regadio Sustentável» e à intervenção D.3.2

Estabelece especificações e orientações relativas à concretização

dos programas orçamentais a inscrever no Orçamento do Estado e ao

Fixa o preço unitário da estampilha especial aplicável aos produtos

dependente e de pensões, aplicáveis aos rendimentos pagos ou

colocados à disposição entre 1 de agosto e 30 de setembro de 2025

Aprova as tabelas de retenção na fonte para os rendimentos do trabalho

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2021/2167, que harmoniza

o acesso e o ¬exercício da gestão de créditos bancários não produtivos

Transpõe para a ordem jurídica interna as últimas versões dos anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24

de setembro de 2008, alterados pela Diretiva Delegada (UE) 2025/149

da Comissão, de 15 de novembro de 2024, relativos ao transporte

Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2022/A, de 8 de setembro, que regulamenta a atribuição de incentivos financeiros

para a aquisição e instalação de sistemas solares fotovoltaicos a instalar

na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação

Estabelece as regras e procedimentos para a revisão eficaz da despesa

Altera o regime de redução das taxas do imposto sobre o rendimento

das pessoas singulares, aplicável aos residentes na Região Autónoma

da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M,

Regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental.

acrescentado mínimo para a aquisição e manutenção dos equipamentos

Procede à inclusão da Caixa Geral de Aposentações, IP, no âmbito

Acórdão do STA de 28 de Maio de 2025, no Processo n.º 78/22.6BALSB Pleno da 2.ª Secção. Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «Perante a desaplicação de norma legal com fundamento na sua desconformidade com o Direito da União Europeia,

e perante a inerente anulação das retenções na fonte indevidas, por decisão judicial

transitada em julgado, a consequente obrigação da AT de reconstituição da situação

ex ante impõe, não apenas a restituição dos montantes indevidamente pagos a título

de imposto retido, mas também o pagamento de juros indemnizatórios, computados

desde a data do indeferimento, expresso ou tácito, do meio impugnatório administrativo intentado contra as retenções na fonte indevidas até à data do processamento da

Não julga inconstitucional a norma que prevê taxas adicionais de tributação em função do maior volume de rendimento apurado na sociedade, constante dos n.os 1 e 2 do

redação conferida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro; não julga inconstitucional

artigo 87.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, na

a norma de tributação do artigo 87.º-A, n.os 1 e 2, do Código do Imposto sobre o

Rendimento das Pessoas Coletivas, na redação conferida pela Lei n.º 114/2017,

Não julga inconstitucional a norma do artigo 518.º, n.º 2, do Código das Sociedades

que recusar ou fizer recusar «noutras circunstâncias [que não em assembleia geral]

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas contidas nos

artigos 1.°, n.° 2, 2.° e 3.°, alínea a), do Regime Que Cria o Adicional de Solidariedade

sobre o Setor Bancário, contido no anexo VI da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho.

Comerciais, no segmento em que comina como crime a atuação do administrador

informações que por lei deva prestar e que tenham sido pedidas por escrito».

Responsabilidade solidária — Condições e âmbito da responsabilidade — Luta contra a fraude

ao IVA — IVA não pago pelo fornecedor — Recusa em conceder ao destinatário da entrega

o direito à dedução do IVA — Possibilidade de responsabilizar solidariamente o destinatário da entrega pelo pagamento do IVA devido pelo fornecedor — Princípio da proporcionalidade.

Valor normal — Artigo 80.º — Reavaliação do valor tributável — Sociedade mãe que presta

serviços às suas filiais no âmbito da gestão ativa das mesmas — Determinação do valor normal.

de obras e constituição de propriedade horizontal.

Coletivo. Liberdade de circulação de capitais.

Municipal – Rendimentos de fonte estrangeira

IMT – Isenção para aquisição para revenda; prazo de reembolso.

IRC. Derrama municipal. Rendimentos obtidos fora de Portugal.

Caducidade da isenção de IMI; fundamentação a posteriori; conclusão

IRC de 2022 e EBF – Retenção na fonte. Organismo de Investimento

IRC – Organismos de Investimento Colectivo – Distribuição de dividendos

Requerente de dividendos. Violação da Liberdade de Circulação de Capitais

- Livre Circulação de Capitais - Violação do Direito da União Europeia

Fundação de direito privado. Tributação em IRC do rendimento global. Mais- valias provenientes da alienação onerosa de bens imóveis adquiridos

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – Sujeição a Derrama

IRC - Tributação Autónoma - Remuneração variável dos administradores

IRC – Organismos de Investimento Colectivo – Distribuição de dividendos

Organismo de Investimento Colectivo não residente em Portugal – retenção

Revogação do acto objeto do pedido de pronúncia arbitral. Impossibilidade

IRC. Benefício fiscal. Fundo de investimento imobiliário não residente.

IRC. Derrama municipal. Âmbito de incidência. Rendimentos auferidos

IRC. Retenção na fonte. Organismo de investimento colectivo. Violação

IRC – reversão de perdas por imparidade – n.º 3 do artigo 28.º-A do CIRC.

IRC – Organismos de Investimento Coletivo não Residentes – Retenções na Fonte - Dividendos - Discriminação e Violação da Livre Circulação

de Capitais - Arts. 22.º n.ºs 1 a 3 e 10 EBF e 63.º do TFUE

adicional de IRC e respectivos juros compensatórios

Regime da Dedução por lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR). Elegibilidade dos investimentos. Consequências sobre a liquidação

IRC – Retenção na fonte aplicável a dividendos pagos a Organismos

Diretiva Juros e Royalties - Acordo de Dupla Tributação - Prova da

Incompetência do tribunal arbitral em razão do valor da causa.

IRC; Derrama Municipal; Rendimentos com origem no estrangeiro;

IRC – Organismos de Investimento Colectivo– Distribuição de dividendos

- Livre Circulação de Capitais - Violação do Direito da União Europeia.

IRC – Retenção na fonte; Dividendos; Benefício fiscal; Organismo de

Investimento Colectivo (OIC) não residente; Livre circulação de capitais.

Aumento de capital social por conversão de créditos. Prova. Artigo 41.º-A

IRC. Livre Circulação de Capitais. Fundos de Investimento Não-Residentes.

IRC – Organismos de Investimento Coletivo não residentes; dividendos;

IRC. OIC. Distribuição de dividendos. Retenção na fonte. Liberdade de

IVA e IRC - Direito à dedução - art. 19.º, n.º 3 do CIVA. Dedutibilidade

IVA e IRC – Revogação do Ato Tributário. Inutilidade Superveniente da Lide

IRS. Revogação pela AT dos actos de liquidação – Extinção da instância

IRS - reinvestimento de mais-valias. Habitação própria e permanente.

IRS. Mais-Valias imobiliárias. Valor de aquisição. Despesas e encargos.

IRS - artigo 5.º do Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30-11-1988 (regime

IRS – prova da residência fiscal – CDT entre Portugal e o Reino Unido

IRS - Redução e amortização de capital social. Tributação de mais-valias geradas na redução de capital de "Pequena Empresa", com sede social

na Alemanha. Livre circulação de capitais. N.º 3 do artigo 43.º do CIRS

IRS – Mais-valias; amortização de quotas; regime transitório; artigo 5.º

do Decreto-Lei n.º 488-A/88, de 30 de novembro; incorporação de reservas

IRS – Regime transitório do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30/11.

Exclusão tributária quanto às mais-valias geradas com a venda de imóvel.

Artigo 16.º do Código do IRS (CIRS) — Residente Não Habitual (RNH)

ISV – Tributação de veículos usados provenientes de outros Estados-

ISV. Artigo 11.º CISV. Aquisição intracomunitária de veículos usados –

IVA - Direito à dedução - Despesas de transporte e locação - Despesas

IVA. Locação financeira e ALD. Pro rata. Direito à dedução. Ofício Circulado

IVA – Falta de entrega de declarações periódicas – Liquidações oficiosas

IVA – Contrato de arrendamento; Aplicação do nº. 29 do art.º 9º. do CIVA; Obrigatoriedade de regularização prevista na alínea c) do art.º 24º. do CIVA

do imposto deduzido na construção de um imóvel, respetivas benfeitorias

IVA – Aquisição de serviços de publicidade consubstanciados na aquisição de direitos de utilização de Camarotes nos Estádios de Futebol ("Pacotes corporate"): Exclusão parcial do direito à dedução à luz das alíneas d) e e)

do n.º 1 do art.º 21.º do CIVA e da Circular n.º 20/2009; Regra da inversão do sujeito passivo aplicável aos serviços de construção civil - alínea j)

IVA – art.º 16.º e 78.º do CIVA e art,º 90.º da DIVA - Redução do valor tributável e regularização do imposto em caso de redução superveniente

da contraprestação em fornecimentos aos hospitais do SNS de dispositivos

IVA — Direito à dedução — Dedutibilidade do IVA suportado com a locação

de lugares de estacionamento — Erro imputável aos serviços — Revisão

Contribuição Serviço Rodoviário - Imposto - Improcedência por falta

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) – Repercussão – Ininteligibilidade

Contribuição sobre o Sector Rodoviário (CSR) - Competência dos Tribunais

Contribuição sobre o Sector Bancário; competência dos tribunais arbitrais

imposto na estrutura de custos e nos preços e margens de comercialização.

Arbitrais – Legitimidade activa das entidades repercutidas – Prova da

CSR - Enriquecimento sem causa - Prova da inclusão do encargo do

Contribuição sobre o Sector Bancário (CSB); competência dos tribunais

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) e consignação de receitas

Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente

Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar

Transmissão de Herança ou Quinhão Hereditário - Não Incidência

de IRS - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 2025-04-29,

Introdução de Veículo em Livre Prática num País da EU

IVA - Certificado de exportação simplificado.

Isenção na compra de prédios para revenda. Constituição de Propriedade Horizontal. Destino

Atribuição de remuneração a trabalhadores através do Plano de Restricted Stock Units (RSU)

Alienação de imóvel - Lei nº 56/2023 - aplicação de quantia recebida no CPCV na amortização de

Alienação de terreno rústico localizado em espaço urbano pelo PDM - inaplicabilidade da exclusão

Alienação onerosa de imóvel - aplicação do valor de realização na amortização de empréstimo de

HPP do próprio sujeito passivo e de descendente fora do território português - Lei Mais Habitação

Alienação onerosa de imóvel - aplicação do valor de realização na amortização de empréstimo de

HPP do próprio sujeito passivo e de descendente fora do território português - Lei Mais Habitação

Alienação onerosa de imóvel - Aplicação do valor de venda em imóvel propriedade do cônjuge que

Alienação onerosa de terreno rústico - Não aplicação da exclusão de tributação pela Lei n.º 56/2023,

Agregado familiar - Dependente - Maior acompanhado com inaptidão para o trabalho e para angariar

Dependente em guarda conjunta - Alteração ao acordo de regulação de responsabilidades parentais

Exercício conjunto das responsabilidades parentais com residência alternada - Comunicação do

Organismos de investimento de capital de risco e de créditos - Retenção na fonte - Pessoa singular

Regime especial de neutralidade fiscal - Entrada de património para realização do capital de

Determinação do valor de aquisição de imóvel adquirido a título gratuito - por doação da avó

Rendimentos prediais - Arrendamento de imóvel a empresa para habitação permanente do sócio-

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Incidência de Imposto do Selo sobre comissões de intermediação na comercialização de unidades de

(i) Aplicação da regra de inversão do sujeito passivo de IVA nos serviços de construção civil (ii)

Disponibilização de e-books, realização de cursos, via online, gravados e realização e cursos, via

Enquadramento de formação pós-graduada e cursos de especialização, realizados por associação

sem fins lucrativos, ao abrigo de Protocolo de Cedência e respetiva Adenda celebrada com instituto

Serviços de gestão de fundo de investimento - Aquisição a entidades terceiras de serviços de due

Isenção nas operações sujeitas ao regime aduaneiro da exportação no território nacional -

Contratos de fretamento - "Charter agreements" - enquadramento e localização - redébito de

Regime de Bens em Circulação - Dispensa da guia de remessa no transporte de pneus

Regime de Bens em Circulação (RBC) - DL n.º 147/2003 - Documentos de transporte

IVA - Contrato de Locação Financeira - Dispositivo Médico e serviços de manutenção

Prestação de serviços - rendimentos não sujeitos a tributação em Portugal

Realização de obras de espaços verdes e equipamentos em substituição do Município - Artigo 16.º,

IVA - Contrato de Locação Financeira" respeitante a Dispositivo Médico e serviços de manutenção.

SIFIDE II - Efeitos da transferência da titularidade das UP, relativamente às quais beneficiou

Contribuições para fundos de pensões - Resgate por reforma antes de 5 anos após a entrega

Incentivo fiscal à investigação científica e inovação (IFICI) - Verificação dos pressupostos por parte

Taxa de IVA na transmissão de: Cogumelos frescos; Cogumelos frescos em cuvetes (laminados

Dispositivos médicos-Tratamento feridas - TPN, Fotobiomodulação por Luz Azul, Oxigenoterapia Tópica Contínua Eletroestimulação Direta, Microenxertos Autólogos, Formulações com Ácido

IVA - isenção de IVA em transmissões intracomunitárias e aos requisitos fiscais aplicáveis às

transmissões de bens sujeitos a impostos especiais sobre o consumo com destino a um entreposto

Incidência de Imposto do Selo sobre comissões de comercialização de unidades de participação

AT reforça segurança com o Segundo Fator de Autenticação

Comprovativo de Contactos Extrato da Carreira Contributiva

sobre o regime de garantia pessoal do Estado

contratos de crédito à habitação

Portal das Finanças - Guia de Utilização

agosto e 30 de setembro de 2025.

Folheto informativo

Como ativar o 2FA

copyright © VERBO**CHAVE** 2025 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça reply deste e-mail com assunto "cancelar".

Rua Mouzinho da Silveira, nº27 - 5ºA · 1250-166 Lisboa · Portugal · T +351 213 570 797 · www.verbochave.pt

as declarações de forma mais simples e rápida.

Emissão de faturas pelas heranças indivisas.

que concretiza várias medidas de simplificação fiscal.

Pacote de informação STADATRA-CAU versão 7.0

Segundo Fator de Autenticação - Folhetos

Declarações Aduaneiras de Importação e Notificações

> Segundo Fator de Autenticação

Novas FAQ sobre Segundo Fator de Autenticação (2FA)

Banco de Portugal altera Aviso n.º 5/2024, relativo à publicidade

Banco de Portugal altera aviso relativo à prestação de informação aos clientes bancários

Foi divulgada a FAQ 54, para o setor público, relativa ao tratamento a dar ao IVA objeto

Estão disponíveis na Segurança Social novas funcionalidades que permitem consultar

Aprova as tabelas de retenção na fonte para os rendimentos do trabalho dependente

e de pensões, aplicáveis aos rendimentos pagos ou colocados à disposição entre 1 de

Altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito às disposições em matéria de IVA relativas

aos sujeitos passivos que facilitam as vendas à distância de bens importados e à aplicação

do regime especial de vendas à distância de bens importados de territórios terceiros ou de países terceiros e dos regimes especiais de declaração e pagamento do IVA na importação

Entrou em vigor, em 1 de julho, o Decreto Lei n.º 49/2025, de 27 de março,

Altera o Regulamento (UE) 2023/1803 no que respeita às Normas Internacionais

Já está disponível no Portal das finanças uma micro área em: Apoio ao Contribuinte

8.2025

de Relato Financeiro 1, 7, 9 e 10 e à Norma Internacional de Contabilidade 7

Banco de Portugal divulga informação sobre o regime da garantia do Estado em

de financiamento através do Orçamento do Estado no âmbito de aquisições PRR.

Foi divulgada uma Recomendação sobre o Fundo de Compensação do Trabalho

Hialurónico e Aminoácidos e Sensores de avaliação anatómica do risco UPP

ou partidos em cubos); Cogumelos desidratados (inteiros e laminados); Cogumelos reduzidos a pó;

do SIFIDE, para a esfera das sociedades mães, no âmbito da sua liquidação e partilha.

Subalínea a) da alínea 15) do artigo 9º do CIVA Regime Especial de Bens em Segunda Mão, Objetos

Regularizações, pela (indevida) não aplicação da regra de inversão do sujeito passivo de IVA

Obrigação entrega Modelo 30 - Trabalhadores Independentes não residentes

Contratos de cedência de espaço de áreas comuns - condomínio comercial

de Arte, de Coleção e Antiquidades - Decreto - Lei nº 199/96, de 18/10.

participação de fundos pensões (artigo 1.º do CIS e verbas 17.3.4 e 22.2 da TGIS)

Alienação onerosa de imóvel - prazo do domicílio fiscal para beneficiar do reinvestimento

Rendimentos do trabalho - cessão de créditos em processo de insolvência de empresa

empréstimo bancário de HPP de descendente, em data anterior à escritura de venda

Alienação de imóvel com usufruto superior a 12 meses - reinvestimento em HPP

Alienação de imóvel pertencente a herança indivisa (parte do quinhão hereditário)

Adicional de Solidariedade sobre o Sector Bancário. Princípio da proibição

de ISP; Legitimidade dos repercutidos; Ineptidão do PPA

do arbítrio e princípio da capacidade contributiva.

e Pensões - Tabelas de Retenção - Continente

não redução da componente ambiental – Discriminação e desconformidade

membros da União Europeia – Artigo 11.º do CISV – Conformidade com

Artigo 12.º-A do CIRS — Inutilidade Superveniente da Lide

do artigo 11.º do CISV face ao artigo 110.º do TFUE.

IVA. Locação financeira. Pro rata. Direito à dedução.

circulação de capitais. Artigo 63.º do Tratado de Funcionamento da União

Tributação de dividendos. Retenção na Fonte.

retenção na fonte: livre circulação de capitais.

por impossibilidade superveniente da lide.

de Investimento Coletivo (OIC) não residentes. Discriminação e violação

- Livre Circulação de Capitais - Violação do Direito da União Europeia

na fonte (taxa liberatória) sobre rendimentos; liberdade de circulação

ou inutilidade superveniente. Responsabilidade por custas.

Liberdade de circulação de capitais. Juros indemnizatórios.

IRC – Retenção na fonte aquando da colocação à disposição do

de 29 de dezembro, enquanto aplicável ao exercício fiscal de 2018.

das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 71/2025, de 6 de maio,

Recomenda ao Governo a aplicação do imposto sobre o valor

e define os requisitos para os adquirentes de créditos.

acompanhamento da respetiva execução e prestação de contas, bem como o regime jurídico das entidades gestoras dos programas orçamentais.

«Melhoria da Sustentabilidade dos Regadios Existentes», do domínio D.3 «Regadios Coletivos Sustentáveis», do eixo D «Abordagem Territorial Integrada» do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para

Europeu e do Conselho, no que se refere à intervenção D.3.1

que revê o regime de habitação de custos controlados.

Portugal (PEPAC Portugal), no continente.

Cria um suplemento extraordinário de pensões.

sujeitos ao imposto sobre o tabaco.

e a partir de 1 de outubro de 2025.

terrestre de mercadorias perigosas.

pública.

de 22 de fevereiro.

de produção energética renovável.

ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

e Resiliência, designado por «SOLENERGE».

Aprova a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano

agosto 2025 em julho de 2025, da jurisprudência do TC e STA, do TJUE e

Actualidade Legislativa Interna
Por fim, junta-se a agenda fiscal para agosto e setembro de 2025.
do CAAD, bem como a súmula da doutrina administrativa produzida

Editorial			
	A presente <i>newsletter</i> contém a síntese d do CAAD, bem como a súmula da doutrir		
F	Por fim, junta-se a agenda fiscal para ag		

Assembleia Legislativa

da RAM n.º 3/2025/M,

Decreto Legislativo

Regional n.º 17/2025/A,

Aviso n.º 16792/2025/2.

Assembleia Legislativa

da RAM n.º 5/2025/M,

Portaria n.º 265/2025/1,

Portaria n.º 267/2025/1,

de 02/07

de 07/07

de 08/07

de 08/07

de 11/07

de 14/07

Decreto-Lei n.º

Decreto-Lei n.º

Despacho n.º

Despacho n.º

86-A/2025, de 18/07

8377/2025, de 21/07

8464-A/2025, de 22/07

Lei n.º 55-A/2025,

Lei n.º 55-B/2025,

Portaria n.º 271/2025/1,

Decreto Regulamentar

Regional n.º 21/2025/A,

de 22/07

de 22/07

de 24/07

de 25/07

de 28/07

de 29/07

Resolução da

Assembleia da

República n.º

Decreto-Lei n.º

Jurisprudências

Jurisprudência TC + STA

Acórdão

Acórdão do

Supremo Tribunal

Administrativo n.º

8/2025, de 09/07

Acórdão do Tribunal

486/2025, de 24/07

Acórdão do Tribunal

513/2025, de 11/07

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º

478/2025, de 10/07

Jurisprudência Comunitária (Fiscal)

Acórdão do TJUE, Processo C

Acórdão do TJUE, Processo C

808/23, 03/07/2025 - Högkullen

Processo

1190/2024-T

1205/2024-T

1156/2024-T

1136/2024-T

1204/2024-T

70/2025-T

11/2025-T

1127/2024-T

1164/2024-T

1331/2024-T

208/2025-T

123/2025-T

69/2025-T

1352/2024-T

279/2025-T

633/2024-T

71/2025-T

1021/2024-T

1277/2024-T

1424/2024-T

111/2025-T

1198/2024-T

1226/2024-T

1393/2024-T

3/2025-T

1333/2024-T

1376/2024-T

1396/2024-T

1241/2024-T

172/2025-T

1150/2024-T

1147/2024-T

1302/2024-T

110/2025-T

1030/2024-T

151/2025-T

159/2025-T

76/2025-T

192/2025-T

1259/2024-T

105/2025-T

1283/2024-T

1040/2024-T

1143/2024-T

962/2024-T

1173/2024-T

1167/2024-T

1373/2024-T

1397/2024-T

1206/2024-T

93/2025-T

1074/2024-T

773/2024-T

1272/2024-T

1200/2024-T

1271/2024-T

1158/2024-T

994/2024-T

1213/2024-T

868/2024-T

1349/2024-T

Diário República

n.º 4/2025, de 28/07

n.º 16055/2025, de 25/07

n.º 20281/2025, de 25/07

n.º 25076/2025, de 09/07

n.º 25078/2025, de 31/07

Assunto

diferente. Artigos 7.º e 11.º nºs 5 e 10 do CIMT

Alteração do Período de Tributação

Alienação de quinhão hereditário

de tributação prevista na Lei nº 56/2023

de 6 de outubro - Programa Mais Habitação

após o dependente atingir a maioridade

gerente - redução da taxa de tributação

Portaria nº 230/2019, de 23/07 (código 12)

online, ao vivo em tempo real.

Aulas ministradas via online.

público de ensino universitário.

Regime de bens em circulação

da entidade empregadora

Taxa de IVA - "Sal fumado"

Reabilitação Urbana

Reabilitação Urbana

de fundos investimento

Descrição

fiscal

Fundos de Investimento

Prestações de serviços de caráter continuado

diligence e consultoria especializada de investimento

Transmissões de bens efetuadas por um vendedor nacional

Contribuição extraordinária sobre o setor farmacêutico

IVA -Diversos produtos para alimentação humana

Tributação trabalhadores destacados na Alemanha

Cogumelos secos; e, Cogumelos secos granulados.

Taxas - Verba 1.8 da Lista II anexa ao Código do IVA

Aplicação da verba 2.1 Lista I anexa ao CIVA

meios de subsistência

agregado familiar

Não Residente

sociedade

constitui HPP do agregado familiar - Programa Mais Habitação

Artigo

7

8

2

2

10

10

10

10

10

10

10

10

10

10

13

13

13

23

38

45

72

72

119

1

2

6

7

9

9

9

9

9

14

16

16

16

16

16

16

18

18

18

15

14

38

21

050-A

Verba 1.6.1

Verba 1.9

Verba 2.1

Verba 2.23

Verba 2.23

Verba 2.5

Verba 1.8

14

Verba

17.3.4

Autenticação no Portal das Finanças

Contribuintes Especiais (DL 14/2013)

Declarações da Segurança Social

Declarações da Segurança Social

Despacho SEAF, de 22 de julho

de 18/07/2025

IVA Automático +

de 09/07/2025

VERBOCHAVE · Consultoria, Lda.

Diretiva (UE) 2025/1539 do Conselho,

Faturas e recibos no Portal das Finanças

Medidas de Simplificação Fiscal

STADATRA-CAU versão 7.0

Segundo Fator de Autenticação (2FA)

STADA Importação – CAU

Regulamento (UE) 2025/1331 da Comissão,

n.º 1

276/24, 10/07/2025 - Konreo

Documento

Jurisprudência CAAD

IMT

IMT

IRC

IRC IVA

IRC IVA

IRS

ISV

IVA

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Instruções administrativas

Ofício-Circulado

Ofício-Circulado

Ofício-Circulado

Ofício-Circulado

Informações Vinculativas

Imposto

CIMT

CIRC

CIRS

CIS

CIVA

ADT entre Portugal

ADT entre Portugal

DL n.º 162/2014

de 31/10 - CFI

e Alemanha

e Geórgia

EBF

EBF

Lista I

Lista I

Lista I

Lista I

Lista I

Lista I

Lista II

RITI

TGIS

Outros assuntos

Assunto

Banco de Portugal

Banco de Portugal

Banco de Portugal

CNC

CNC

Diploma

Circular

Imposto

Constitucional

(extrato) n.º

Constitucional

(extrato) n.º

88/2025, de 30/07

138/2025, de 29/07

Decreto-Lei n.º

87/2025, de 25(07

Decreto Legislativo

Decreto Legislativo

Regional n.º 20/2025/A,

Regional n.º 3/2025/M,

86/2025, de 18/07

Resolução da

<u>link</u>

link

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

link

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

Anexo

link

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Por fim, junta-se a agenda fiscal para agosto e setembro de 2025.				
Actualidade Legislativa Interna				

Anexo Diploma Diário República Descrição

neste período e, ainda, alguns outros assuntos de interesse.

A presente <i>newsletter</i> contém a síntese da atualidade legislativa publicada do CAAD, bem como a súmula da doutrina administrativa produzida pela AT
Por fim, junta-se a agenda fiscal para agosto e setembro de 2025.

Série I de 02/07/2025

Série I de 07/07/2025

Série II de 08/07/2025

Série I de 08/07/2025

Série I de 11/07/2025

Série I de 14/07/2025

Série I de 18/07/2025

Série II de 21/07/2025

Diário da República n.º 128/2025,

Diário da República n.º 129/2025,

Diário da República n.º 129/2025,

Diário da República n.º 132/2025,

Diário da República n.º 133/2025,

Diário da República n.º 137/2025,

Diário da República n.º 137/2025,

Diário da República n.º 138/2025,

Diário da República n.º 3/2025,

Suplemento, Série II de 06/07/2025

Diário da República n.º 139/2025,

Suplemento, Série I de 22/07/2025

Diário da República n.º 139/2025,

Diário da República n.º 141/2025,

Diário da República n.º 142/2025,

Diário da República n.º 142/2025,

Diário da República n.º 143/2025,

Diário da República n.º 144/2025,

Diário da República n.º 144/2025,

Diário da República n.º 145/2025,

Série I de 24/07/2025

Série I de 25/07/2025

Série I de 25/07/2025

Série I de 28/07/2025

Série I de 29/07/2025

Série I de 29/07/2025

Série I de 30/07/2025

Diário República

Diário da República

n.º 130/2025, Série I

Diário da República

Diário da República

Diário da República

n.º 131/2025, Série I

Descrição

Data de decisão

07/07/2025

09/07/2025

01/07/2025

02/07/2025

02/07/2025

03/07/2025

04/07/2025

07/07/2025

07/07/2025

07/07/2025

08/07/2025

09/07/2025

09/07/2025

10/07/2025

10/07/2025

11/07/2025

12/07/2025

13/07/2025

14/07/2025

14/07/2025

15/07/2025

16/07/2025

17/07/2025

17/07/2025

17/07/2025

18/07/2025

18/07/2025

21/07/2025

14/07/2025

16/07/2025

01/07/2025

02/07/2025

02/07/2025

07/07/2025

11/07/2025

11/07/2025

14/07/2025

14/07/2025

15/07/2025

16/07/2025

18/07/2025

04/07/2025

01/07/2025

02/07/2025

02/07/2025

04/07/2025

07/07/2025

07/07/2025

10/07/2025

14/07/2025

16/07/2025

17/07/2025

25/07/2025

01/07/2025

02/07/2025

03/07/2025

04/07/2025

04/07/2025

07/07/2025

18/07/2025

23/07/2025

Doutrina Administrativa e Informações Vinculativas

Tema

do TFUE.

de capitais.

fora do território nacional.

Ónus da prova.

do Direito da União Europeia.

da livre circulação de capitais.

residência fiscal.

do EBF.

Europeia (TFUE)

Reinvestimento.

transitório da categoria G).

vs artigo 63°. do TFUE.

o artigo 110.º do TFUE

de estacionamento

- inexistência de atividade tributável

e outras despesas de investimento.

do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA.

médicos (FreeStyle Libre).

oficiosa.

do pedido.

repercussão.

arbitrais.

Descrição

de 1 a 31 de agosto.

(Processo nº 33/24.BALSB)

de alegação de factos

IVA, taxa reduzida e "smoothies"

Desistência do pedido- extinção da instância

IVA – Operações entre Sede e Estabelecimento Estável

n.º 30108.

e reforço de quotas por entradas em dinheiro

IRS - Conceitos de residência e domicílio fiscal

de gastos. Ónus da prova.

estabelecimento estável.

de 11/07/2025

de 10/07/2025

n.º 132/2025, Série II

de 24/07/2025

n.º 141/2025, Série II

de 09/07/2025

Descrição

respectiva nota de crédito».

Suplemento, Série I de 22/07/2025

Suplemento, Série I de 18/07/2025

ao o/ 1/12, bem como a sumala da dodimia administrativa produzida pela / 11 meste periodo e, amaa, alguns oditos assumos de interes						
Por fim, junta-se a agenda fiscal para agosto e setembro de 2025.						

Portaria n.º 263/2025/1, Diário da República n.º 125/2025,

<u>link</u> Série I de 02/07/2025 de 02/07 retalhistas e respetivas instruções de preenchimento.

Aprova o modelo de declaração relativa ao regime especial dos pequenos

Resolução da Aprova o Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Diário da República n.º 125/2025,

para o ano de 2025.

de 2023.

	•		3
<u>link</u>	Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 02/07	Diário da República n.º 125/2025, Série I de 02/07/2025	Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2025.



news 168

Agenda Fiscal

agosto 2025

Dia 15

INTRASTAT

Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos montantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

Dia 22

BANCO DE PORTUGAL - COPE

COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relativas ao mês anterior.

Dia 25

SS - Declaração Mensal de Remunerações SS

Envio da Declaração Mensal de Remunerações à SS, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social, relativas ao mês anterior.

Dia 31

IRS / IMT / IS - Modelo 11

Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados, pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.

IVA - Opção IVA Importações

Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte.

IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC

Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior.

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo

Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo pagamento.

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Mensal

Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA. IRS / IRC - Declaração Mensal de Remunerações AT

Envio da Declaração Mensal de Remunerações à AT, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

SS – Pagamento

Pagamento das contribuições para a Segurança Social

IVA - Declaração Modelo P2 / Guia Modelo 1074

Entrega da Declaração Modelo P2 ou da guia Modelo 1074, pelos reta-Ihistas sujeitos ao regime de tributação previsto no artigo 60.º do CIVA, consoante haja, ou não, imposto a pagar, relativo ao 2.º trimestre.

Notas

Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais. As informações constantes deste documento são passíveis de ser alteradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a ser produzida.

setembro 2025

Agenda Fiscal

Dia 1

Pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) - Superior a 500€

IRS

IMI

Pagamento do IRS relativo ao ano anterior

IUC

Pagamento do Imposto Único de Circulação de agosto

IRC / IRS - Modelo 30

Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de junho.

Dia 5

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Dia 10

IRS / IRC / SS - Declaração Mensal de Remunerações AT/SS Envio da Declaração Mensal de Remunerações AT/SS, por transmis-

são eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Dia 15

IVA – Opção IVA Importações

Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte.

IRS / IMT / IS - Modelo 11 Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados,

pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.

INTRASTAT Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos

montantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

Dia 19 BANCO DE PORTUGAL

COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relativas ao mês anterior.

Dia 20

CST ENERGIA E DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR - Modelo 59 Envio da Declaração Modelo 59 utilizando um formato digital específi-

co, para posterior entrega através do serviço de atendimento e-balcão, pelas entidades referidas no artigo 2.º do regime das contribuições de solidariedade temporária sobre os setores da energia e da distribuição alimentar, com período de tributação coincidente com o ano civil, para os valores apurados com referência ao ano anterior. CST ENERGIA E DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR - Modelo 60

Envio da Declaração Modelo 60, por transmissão eletrónica de dados, através de funcionalidade específica integrada no serviço de atendi-

contribuições de solidariedade temporária sobre os setores da energia e da distribuição alimentar, com período de tributação coincidente com o ano civil, para os valores apurados com referência ao ano anterior. IVA – Declaração Periódica - Regime Trimestral Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados,

mento e-balcão, pelas entidades referidas no artigo 5.º, do regime das

Pagamento das contribuições para a Segurança Social.

IVA - Declaração Periódica - Regime Mensal

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas em junho.

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo

Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo pagamento.

IRS - PPC

Pagamento por conta em IRS - categoria B

IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC

Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior.

IVA – Declaração Recapitulativa – Regime Mensal Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de

dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

IVA - Declaração Periódica - Regime Mensal Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados,

acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas em julho.

Dia 25

IVA – Pagamento – Regime Mensal

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativo às operações efetuadas em junho.

IVA – Pagamento – Regime Mensal Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativo às operações efetuadas em julho.

IVA – Pagamento – Regime Trimestral

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas no 2.º trimestre.

IUC Pagamento do Imposto Único de Circulação de setembro 2025

Dia 30

AIMI

Pagamento do adicional ao imposto municipal sobre imóveis IRC - PPC e PAC

Pagamento por conta e Pagamento adicional por conta (se aplicável)

IVA - Pedido de Reembolso Não Residentes

Envio, por transmissão eletrónica de dados, do pedido de restituição

IVA pelos sujeitos passivos do imposto suportado, no ano civil anterior,

noutro Estado Membro ou país terceiro (neste caso em suporte de papel), desde que o montante a reembolsar seja igual ou superior a € 50, tal como refere o Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto. IRC / IRS - Modelo 30

Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de julho.

NOTAS: Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais.

teradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a

As informações constantes deste documento são passíveis de ser al-

ser produzida. acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas

no 2.º trimestre.

copyright © VERBOCHAVE 2025 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça reply deste e-mail com assunto "cancelar".